

Aproximações entre religião e política: estratégias de dominação e táticas de sobrevivência

Approximations between religion and politics: domination strategies and survival tactics

Aproximaciones entre religión y política: estrategias de dominación y tácticas de supervivencia

*Emerson Roberto da Costa**

CUNHA, Christina Vital da & LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. 232 p.

Na conjuntura dos movimentos da atual legislatura, a pesquisa de Christina Vital da Cunha e Paulo Victor Leite Lopes (2012) publicada em *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*, oferece análise significativa da presença de atores religiosos no cenário político brasileiro e os contornos que essa relação impõe aos campos religioso e político. Com apoio da Fundação Heinrich Böll, os pesquisadores estabeleceram como referencial principal a descriminalização do aborto e o debate em torno do material educativo desenvolvido pelo Ministério da Educação e que compõe o Programa Escola Sem Homofobia, temas que pautaram a campanha para a eleição presidencial em 2010 e, de forma recorrente, retornam ao noticiário e aos debates parlamentares.

* Mestre e Doutorando em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Umesp. E-mail: emerson_roberto_costa@yahoo.com.br .

Além de revisão bibliográfica, a metodologia empregada considera a análise das audiências públicas sobre os casos selecionados; a observação dos cultos evangélicos na Câmara Federal e das reuniões da Frente Parlamentar Evangélica; a realização de entrevistas com parlamentares, lideranças religiosas evangélicas e representantes de organizações não governamentais e a análise das publicações jornalísticas veiculadas nas revistas *Veja* e *Carta Capital* e nos jornais *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *O Globo*.

Dividido em seis capítulos, o trabalho é complementado por dois artigos que discutem questões em torno da laicidade do Estado a partir do ordenamento jurídico brasileiro e sua relação com os direitos fundamentais, acerca dos “julgamentos do Superior Tribunal Federal quando do exame da possibilidade da pesquisa com célula-tronco, da interrupção da gestação de fetos anencéfalos e da união de pessoas do mesmo sexo” (CUNHA & LOPES, 2012: 6).

A introdução da publicação discute os dados e informações sobre os debates em torno da laicidade do Estado, apontando os elementos nucleicos deste tema e as publicações que abordaram a questão a partir da década de 1990, no Brasil. Segue-se o primeiro capítulo, cuja abordagem recai sobre a presença do religioso no espaço público, com ênfase para a atuação de evangélicos/as na mídia e na política. As justificativas e as motivações dos/as evangélicos/as para o engajamento político partidário, a participação e o posicionamento dos/as parlamentares evangélicos/as quanto aos escândalos de corrupção, a formação e atual composição da Frente Parlamentar Evangélica, a instrumentalização da religião e o discurso ambíguo e ambivalente dos/as religiosos/as no entendimento da laicidade são problemáticas que orientam a construção desse capítulo. Vale destacar que a análise é pontuada com as entrevistas que não estão reservadas para um único bloco. Somam-se a isso as apresentações dos perfis dos principais atores que são inseridas ao longo do texto de forma a ilustrar e informar o leitor.

No segundo capítulo, são apresentados os grupos evangélicos brasileiros apontando para a relação heterogênea entre os perfis doutrinários e os modos de operação dos/as evangélicos/as no espaço público. A análise privilegia as Assembleias de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus instituições que, segundo os autores, possuem “papel de destaque no campo religioso e político nacionais” (CUNHA & LOPES, 2012: 53). Além da historicidade e dos aspectos doutrinários, a análise contempla a representação das agremiações religiosas no Congresso Nacional e as estratégias desenvolvidas por esses grupos para atuarem no cenário político.

O terceiro capítulo trata do aborto estabelecido como agenda política nas eleições presidenciais de 2010 e os mecanismos de ação política arti-

culados pelos/as parlamentares e lideranças religiosos/as que assumiram protagonismo nesses episódios. No primeiro tópico da análise, os autores retomam as disputas desenvolvidas por meio de projetos de leis, ações no STF e medidas provisórias acerca da revisão da legislação punitiva do aborto para apontar a “existência de múltiplos espaços de enfrentamento da questão em relação ao Estado” (CUNHA & LOPES, 2012: 68). No segundo tópico, a abordagem considera as composições e as recomposições das alianças partidárias articuladas a partir da conveniência e da necessidade conjuntural.

Os autores destacam o posicionamento da mídia e dos/as evangélicos/as, o comportamento do eleitorado, as estratégias da campanha eleitoral para diminuir e enfrentar os efeitos negativos dessa pauta, a influência desse debate nos prognósticos eleitorais, o lugar do religioso no espaço público, a reação de grupos progressistas e a reelaboração das imagens dos/as candidatos/as. Postulam que o debate teve intensidade tal, que foi capaz de suplantar a discussão de agendas fundamentais para o desenvolvimento do país, além de colocar em evidência lideranças religiosas até então obscuras, as quais ampliaram o seu potencial de negociação e a capitalização política, reconhecidos como forças vitais e indispensáveis na disputa eleitoral para minimizar a reação contrária do voto evangélico. Por conseguinte, a análise evidencia uma vez mais que a religião e a perspectiva de gênero são categorias indispensáveis para a compreensão dos meandros da política partidária brasileira e, negligenciá-las, é estabelecer entendimentos simplificadores que não dão conta da complexidade dessas relações.

O quarto capítulo dá prosseguimento à lógica iniciada no capítulo precedente, mas a partir da polêmica em torno do Programa Escola Sem Homofobia. O material didático era parte da política pública voltada para a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). O projeto deveria subsidiar reflexões desenvolvidas por professores em salas de aula sobre a violência e outras formas de intolerância perpetradas contra esses grupos no Brasil. Produzido a partir de 2008 pela ECOS – Comunicação em Sexualidade com Orçamento Federal, o material consistia em um caderno de orientação para o educador; uma série de seis boletins elaborados com uma linguagem juvenil para a distribuição entre os estudantes; cartazes de divulgação; cartas de apresentação para os gestores e educadores; e três vídeos educativos que deveriam ser utilizados como elementos iniciadores do debate.

A orientação do trabalho dependia de um educador previamente formado pelo Programa Escola Sem Homofobia. O público-alvo era alunos do ensino fundamental (6º. ao 9º. ano) e do ensino médio e o objetivo principal era a “desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e promover como ganho a convivência e

o respeito em relação ao diferente” (CUNHA & LOPES, 2012: 110). Após a apresentação das linhas gerais do programa, são apresentados o teor das audiências públicas realizadas no Congresso Nacional e os principais atores nessa arena. Destaque para a análise das participações no plenário da Câmara Federal e entrevistas concedidas aos pesquisadores por André Lázaro (responsável pela SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC), deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), Damares Alves (assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica).

A parte final do capítulo é dedicada à análise dos acontecimentos em torno dos debates e discursos parlamentares que foram decisivos para a suspensão do programa. Os eventos relacionados à conduta do então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, que havia multiplicado seu patrimônio durante seu mandato de deputado federal, foram utilizados pela oposição e pela bancada religiosa como estratégia para articular a obstrução do Programa Escola Sem Homofobia. Nessa ação é possível identificar as formas de operação dos/as parlamentares e líderes evangélicos/as no espaço público que, a despeito de defender as famílias, os bons valores e os bons costumes suprimem direitos fundamentais, atuam contra interesses particulares e ignoram a possibilidade da diversidade e pluralidade, valendo-se de expedientes como a obstrução dos trabalhos na Câmara dos Deputados, a articulação com os católicos e a definição de moedas de troca.

O quinto capítulo é dividido em duas partes, sendo que na primeira são apresentados os principais argumentos articulados pelos/as parlamentares para justificar seus posicionamentos contrários à ampliação dos direitos da população LGBT e das mulheres. Esses discursos são legitimados a partir das concepções religiosas quanto ao direito à vida, da necessidade de preservação da família nuclear, sempre coordenados com a finalidade de ativar pânico morais. Para essa análise, os autores compilaram os principais argumentos utilizados pelos/as parlamentares evangélicos/as nas entrevistas, objetivando identificar as suas bases de modo sistemático. Destaca a postura dos deputados Marco Feliciano (IEAD – PSC/SP); Paulo Freire (IEAD – PR/SP); Walter Tosta (Batista – PSD/MG) e do bispo Manoel Ferreira (IEAD/RJ).

Sugestiva a compreensão desses agentes políticos quanto à postura do Estado laico, já que não defendem publicamente o estabelecimento de um Estado religioso, mas querem que a sua presença tenha a forma e legitimidade que outros grupos de opinião e pressão também exercem sobre o Estado. Nessa abordagem, laicidade significa a separação ou independência do Estado em relação à religião, no entanto não pode e não deve ser confundida com laicismo, que para esses religiosos significaria a negação (e não separação) do religioso da esfera pública e do Estado. Tem-se a religião como mais um grupo de pressão político-social e, que por essa

lógica, teriam o direito de desfrutar do mesmo espaço social que diversos grupos e movimentos sociais.

Na segunda parte do capítulo quinto, são discutidos os mecanismos a partir dos quais os religiosos – evangélicos e católicos – atuam no campo político. Além das falas destacadas no primeiro bloco, são analisadas ainda publicações disponíveis na internet e que seguem a lógica religiosa. Destaque para a atuação dos parlamentares evangélicos/as em comissões, a estratégica coligação com os políticos ligados à Igreja Católica e a crítica reiterada dos parlamentares religiosos/as à chamada judicialização da política e a politização da justiça, considerando os entendimentos do STF contrários ao posicionamento dos/as religiosos/as, por exemplo, o caso da legalização do aborto de anencéfalos e a união civil de pessoas do mesmo sexo.

No sexto capítulo, a análise considera a moralidade pública e a instrumentalização da política no Brasil. São tratadas as ambiguidades entre laico e confessional no Brasil a partir dos fatos cotidianos que colidem com o princípio do Estado laico. Os Direitos Humanos no Brasil são o tema da segunda parte, para em seguida analisar se essa forma de atuação dos/as evangélicos/as no cenário político constitui-se apenas como um projeto de poder de curto alcance ou se pode ser considerada como um projeto político consistente, sustentável e de longo prazo. Esse capítulo é apresentado como considerações conclusivas em relação aos temas que foram abordados nos capítulos anteriores, logo parte da percepção dos autores, especialmente na parte final do bloco, objetivando sintetizar os elementos nucleicos da análise.

Vale destacar os quadros anexos que apresentam a composição, a representatividade federativa e a vinculação partidária e religiosa da Frente Parlamentar Evangélica, a composição da Pastoral Parlamentar Católica; a composição da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto; a composição da Frente Parlamentar em Defesa da Família; cópia do boletim católico distribuído da campanha presidencial de 2010; a composição do material educativo do Programa Escola Sem Homofobia; cópia do boletim desenvolvido pelo deputado Jair Bolsonaro contrário ao Programa Escola Sem Homofobia; e o Perfil dos/as Entrevistados/as. Seguem-se os artigos que tratam das características do Estado laico na perspectiva jurídica.

A publicação é extremamente relevante e conectada com a realidade, pois tratar da relação entre religião e política no cenário brasileiro e os desafios dessa imbricação para a laicidade revela mais do que um processo ambíguo e paradoxal. Nela é possível aprofundar a compreensão sobre o lugar do religioso no espaço público e os desafios impostos para a democracia, para a República e para os direitos humanos.

Submetida em: 19-9-2013

Aceita em: 4-11-2013